



ÍNDICE RELATÓRIO

1 - RELATÓRIO DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA	4
1.1 - INTRODUÇÃO	4
1.2 - ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO, PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO	5
1.3 - RECURSOS HUMANOS	10
1.4 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	10
2 - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	12
2.1 - BALANÇO CONSOLIDADO	12
2.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	14
3 - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	17
4 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	21
5 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	28
NOTA 1 - ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS	28
NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	28
NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS	30
NOTA 4 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE	31
NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	32
NOTA 6 - LOCAÇÕES	34

MUNICÍPIO DE BOTICAS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presente em Sessão de

03 JUN 2025

Sandra Reis

NOTA 7 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	35
NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	35
NOTA 10 – INVENTÁRIOS	36
NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	36
NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS	38
NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES	39
6 - APURAMENTO DOS GASTOS POR FUNÇÕES	42

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Designação das Entidades Participadas.....	8
Quadro 2: Organograma das Participações	9
Quadro 3: Trabalhadores do Grupo Autárquico	10
Quadro 4: Valor da participação de cada município	11
Quadro 5: Evolução do Ativo	12
Quadro 6: Evolução do Património Líquido e Passivo	13
Quadro 7: Evolução dos Rendimentos.....	15
Quadro 8: Evolução dos Gastos.....	16
Quadro 9: Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental a 31 de Dezembro de 2024	18
Quadro 10: Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações por Natureza ..	20
Quadro 11: Balanço Consolidado Analítico em 31 de Dezembro de 2024	21
Quadro 12: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidado de 2024 ..	23
Quadro 13: Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.....	24
Quadro 14: Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido	26

1 - RELATÓRIO DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

1.1 – INTRODUÇÃO

O Município de Boticas apresenta neste documento as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício económico 2024, à data de 31 de dezembro de 2024.

De acordo com a alínea i) do nº 1 do artigo 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao ano de 2024, tendo em vista o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do nº 2 do artigo 25.º da citada lei.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nomeadamente no seu artigo 7º, a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., assume a natureza de empresa local, e como tal deve a mesma ser objeto de consolidação de contas.

O Município de Boticas apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma directa ou indirecta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas actividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, pelas entidades individualmente é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método da equivalência patrimonial utilizado. Este método preconiza a substituição no balanço da empresa mãe ou empresa consolidante do valor contabilístico da participação pelo valor proporcional que lhe corresponde do Capital Próprio da ou das empresas participantes.

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do sector empresarial local e das entidades do sector não lucrativo, respectivamente.

No contexto da nova gestão pública é importante a produção de informação agregada das entidades que compõem o sector público em sentido lato, como se de uma entidade económica se tratasse.

Assim, o presente relatório analisa não só a execução da parte orçamental, como analisa a sua situação económico-financeira do Grupo Municipal, apresentando em anexo as demonstrações financeiras consolidadas.

Os documentos apresentados retratam de forma exaustiva a verdadeira situação económica, financeira e patrimonial do Grupo Municipal, bem como os resultados financeiros e patrimoniais obtidas na sua gestão no ano de 2024.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O ano de 2024 ficou marcado pela incerteza e por desafios que colocaram à prova as nossas instituições democráticas, a coesão social e a economia global. O mundo, ainda não recuperado totalmente das consequências da pandemia, viu-se novamente cercado por novos obstáculos: conflitos prolongados, uma economia refém da volatilidade dos mercados e uma sociedade angustiada pelos efeitos da inflação, da degradação dos serviços públicos essenciais e pela erosão dos moderados.

A economia global foi marcada por uma recuperação desigual, com alguns países a enfrentar crises económicas profundas enquanto outros mostraram sinais de resiliência.

Na Europa, a guerra no leste do continente consolidou-se como uma tragédia para a qual não há ainda uma paz justa à vista. A invasão russa da Ucrânia veio agravar os sintomas de uma doença há muito anunciada: a perda de centralidade do bloco europeu. Apesar dos muitos milhares de milhões de euros destinados a planos de transição energética e combate às alterações climáticas, as indústrias europeias colapsam em setores fundacionais como o automóvel, o petroquímico ou o siderúrgico. Sem cadeias de valor nas tecnologias verdes e sem recursos minerais decisivos para a nova economia sustentável, o tecido industrial europeu substituiu a dependência energética russa pela dependência das tecnologias verdes chinesas, enquanto procura um caminho de competitividade que permita manter a ideia de progresso coletivo e individual.

A ascensão preocupante do nacionalismo e do extremismo político em vários Estados-membros tem desafiado a coesão e a visão tradicional de uma Europa verdadeiramente unida e solidária. Uma Europa envelhecida, menos produtiva, cercada de fronteiras instáveis, foi gradualmente substituindo a esperança pelo medo e pela insegurança quanto ao futuro. Pela primeira vez na história, os europeus não acreditam que possam viver melhor do que os seus pais. Reformar o projeto europeu é prioritário.

Estas não questões distantes da realidade portuguesa. Pelo contrário: o que se passa do outro lado do Atlântico ou nas fronteiras da Ucrânia impacta a dinâmica social e económica das cidades em Portugal e na Europa. É o mundo interdependente.

Portugal não está imune ao cenário global, que tem repercussões diretas na gestão autárquica.

Estando na linha de frente, os municípios são chamados a dar respostas concretas aos desafios do seu tempo e dos seus cuidados e, necessariamente, em tempo real.

Isso faz-se apoiando as famílias e as empresas, investindo e atraindo cadeias de valor, modernizando infraestruturas, reforçando o Estado Social Local e assegurando serviços públicos de qualidade para o maior número. Tudo isto com

contas certas e com envolvimento máximo dos cidadãos no processo deliberativo.

Boticas esteve, está e estará sempre à altura das suas responsabilidades.

Este relatório de é a prova de uma gestão sólida, prudente e alinhada com as necessidades da nossa comunidade. Porque, independentemente dos desafios do mundo, há algo que nunca muda: o compromisso inabalável de Boticas com os seus cidadãos.

1.2 - ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO, PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 o Município de Boticas detinha as seguintes participações:

Quadro 1: Designação das Entidades Participadas

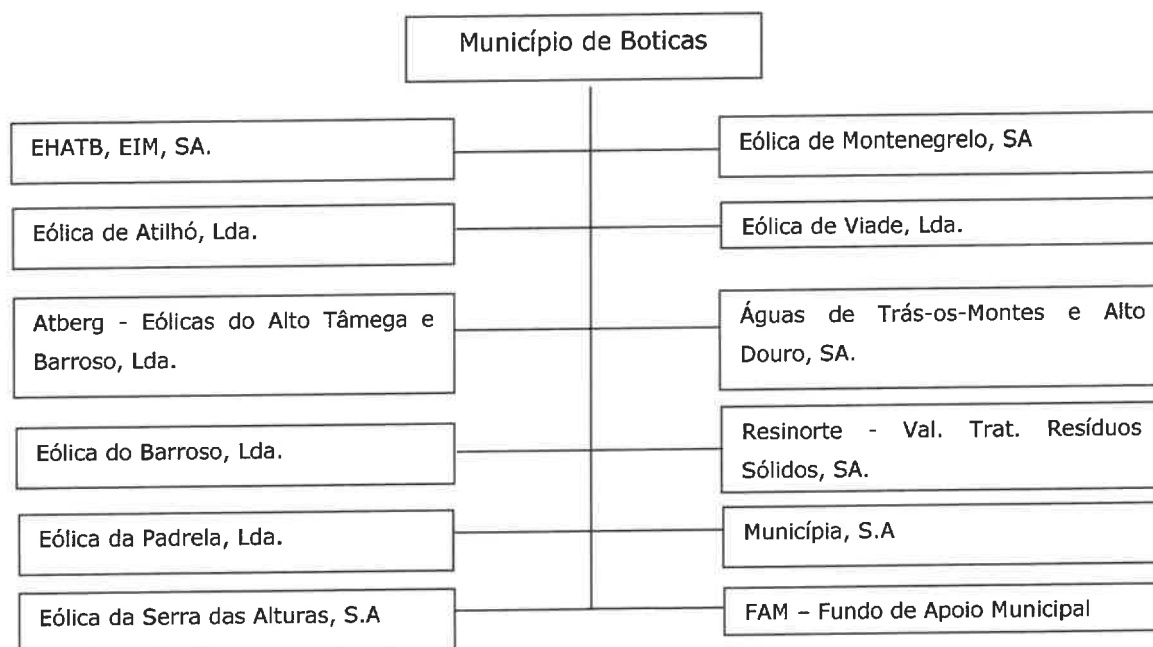
Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
EHATB, EIM, SA	502.227.842	Intermunicipal	35111	900.000,00	150.000,00	16,67	150.000,00	150.000,00	0,00	
Eólica de Atilhó, Lda	506.867.560	Limitada por quotas	35113	5.000,00	416,67	8,33	416,67	0,00	0,00	a
Atberg - Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda	505.294.656	Limitada por quotas	35113	1.250.000,00	83.333,33	6,67	83.333,33	0,00	0,00	a
Eólica do Barroso, Lda	505.533.693	Limitada por quotas	35113	70.000,00	4.666,67	6,67	4.666,67	0,00	0,00	a
Eólica da Padrela, Lda	505.533.758	Limitada por quotas	35113	65.000,00	4.333,33	6,67	4.333,33	0,00	0,00	a
Eólica da Serra das Alturas, SA	506.393.925	Sociedade Anónima	35113	50.000,00	4.158,33	8,32	4.158,33	0,00	0,00	a
Eólica de Montenegro, SA	508.094.453	Sociedade Anónima	35113	50.000,00	4.158,33	8,32	4.158,33	0,00	0,00	a
Eólica de Víade, Lda	506.446.298	Limitada por quotas	35113	5.000,00	1.667,00	3,33	1.667,00	0,00	0,00	a
Águas do Norte, SA	505.863.901	Sociedade Anónima	36001	111.061.732,00	121.985,00	0,11	121.985,00	47.166,00	0,00	b
Resinorte - Val. Trat. Resíduos Sólidos, SA	509.143.059	Sociedade Anónima	38212	8.000.000,00	67.866,67	0,85	67.866,67	30.000,00	0,00	c
Municípa, S.A	504.475.606	Sociedade Anónima	71120	3.236.678,67	9.970,02	0,31	10.613,51	5.628,50	0,00	d
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513.319.182	Outras pessoas coletivas de direito público	84114	650.000.000,00	286.333,52	0,07	270.427,50	270.427,50	0,00	

OBS:

- a Aquisição a título gratuito
- b Inclui a aquisição a título gratuito de 74.820 euros
- c Inclui a aquisição a título gratuito de 37.866,67 euros
- d Inclui a aquisição a título gratuito de 4.985,01 euros

Apresenta-se de seguida o organograma das participações:

Quadro 2: Organograma das Participações



O Grupo Municipal é composto pelo Município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas e abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Boticas, por força do n.º 6 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é constituído pela entidade - EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.

Por se entender que exista influência significativa nas tomadas de decisão, utiliza-se como método valorimétrico subsequente ao inicial o Método de Equivalência patrimonial (MEP).

No que se refere às outras entidades, uma vez que se tratam de participações inferiores a 20% e atendendo ao facto de não serem materialmente relevantes e considerando a ausência de controlo no poder de gerir as políticas financeiras e operacionais foram, em conformidade com o ponto 5.5 da Portaria 474/2010 e artigo 75º da Lei n.º 73/2013, excluídas do perímetro de consolidação.

1.3 – RECURSOS HUMANOS

O grupo autárquico, a 31 de dezembro de 2024, conta com um conjunto de colaboradores, conforme quadro abaixo indicado, de forma a atenderem à prossecução das suas atividades da forma mais eficiente possível.

Quadro 3: Trabalhadores do Grupo Autárquico

Empresas Municipais	Número de Colaboradores
Município de Boticas	202
EHATB, EIM, SA.	20

1.4 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., foi constituída por escritura pública em 30 de julho de 1989, com sede na Rua D. Nuno Álvares Pereira, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, nº de Identificação de pessoa coletiva 502 227 842, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena sob o nº 502 227 842, ao abrigo do artigo 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto a empresa passou a integrar o setor empresarial local.

Em resultado da adaptação da mencionada lei a denominação da empresa passou para EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA e passou a ter o seguinte objeto social: *“Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Produção de energia elétrica; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares”*.

“A atividade da sociedade em 2024 manteve como principal fonte de rendimentos a produção de energia elétrica, provenientes do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, o qual contribuiu com 55,9% do total da faturação e dos Parques

Eólicos de Mairos, Leiranco, Casa da Lagoa e do Parque Eólico do Alvão, os quais contribuíram com 44,1%. À já referida atividade de produção de energia acresce a gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- *Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso Lda.,*
- *Eólica de Atilhó, Lda.,*
- *Empresa Eólica do Barroso, Lda.,*
- *Eólica da Padrela Lda.,*

E os serviços de gestão integrada às empresas:

- *Eólica de Montenegrelo, S.A.,*
- *Eólica da Serra das Alturas, S.A.,*

Para além da atividade de produção de energia, merecem também menção especial, as atividades previstas nos Contratos Programa, celebrados com os Municípios acionistas, designadamente a "Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana" e a "Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal".

O capital social da EHATB no montante total de 900.000,00 euros tem a seguinte composição:

Quadro 4: Valor da participação de cada município

	Valor €	% participação
Câmara Municipal de Boticas	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Valpaços	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Chaves	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Montalegre	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Ribeira de Pena	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar	150.000,00	16,666%

2 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

2.1 – BALANÇO CONSOLIDADO

Em 2024 o ativo do Município de Boticas diminuiu para cerca 66,7 milhões de euros registando um acréscimo de aproximadamente 784.283 euros face ao ano anterior (1,19%). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Quadro 5: Evolução do Ativo

Componentes do Activo	2024	2023 Reexpresso	Δ2024/2023
	em euros	em euros	em %
Ativos Fixos Tangíveis	50.425.211,87	51.235.498,27	-1,58%
Propriedades de Investimento	588.951,54	606.225,18	-2,85%
Ativos Intangíveis	182.744,47	170.554,24	7,15%
Participações Financeiras	4.826.768,07	4.738.534,30	1,86%
Clientes, contribuintes e Utentes	15.181,62	16.100,84	-5,71%
Outras Contas a Receber	68.703,64	51.430,78	33,58%
Ativo não Corrente	56.107.561,21	56.818.343,61	-1,25%
Inventários	105.897,15	45.666,65	131,89%
Devedores p/ Transf. e Subs. não Reemb.	444.027,50	592.117,96	-25,01%
Clientes, Contribuintes e Utentes	189.646,74	215.847,52	-12,14%
Estado e Outros Entes Públicos	26.500,62	30.049,04	-11,81%
Outras Contas a Receber	1.728.470,66	1.212.367,75	42,57%
Diferimentos	12.648,36	12.619,05	0,23%
Caixa e Depósitos	8.105.563,76	7.009.020,54	15,64%
Ativo Corrente	10.612.754,79	9.117.688,51	16,40%
Ativo Total	66.720.316,00	65.936.032,12	1,19%

No cômputo geral, os Ativos Fixos Tangíveis representam 75,58% do total do ativo e registaram uma descida de cerca de 810.286,40 euros relativamente a 2023.

Os ativos fixos tangíveis incluem, entre outros, os terrenos e recursos naturais; edifícios e outras construções; infraestruturas, património histórico, artístico e cultural, equipamento de transporte, equipamento básico e administrativo, e respetivas depreciações, assim como ativos fixos tangíveis em curso.

As Propriedades de Investimento, que abrangem os terrenos ou edifícios (ou parte) detidos para obtenção de rendas ou valorização do capital, observaram uma variação negativa de 2,85%.

No que respeita às participações financeiras, a NCP 23- Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP), que não sendo de carácter obrigatório, é aquele que melhor releva os interesses do Município nas entidades participadas. Assim, o valor previsto das participações financeiras teve por base a aplicação do MEP. Esta rubrica registou um aumento de 1,86%.

As dívidas de terceiros representam 3,56 % do ativo e tiveram um decréscimo de 341 mil euros. Os diferimentos ascenderam a 12.648,36 euros e dizem respeito a gastos a reconhecer.

É de salientar o aumento do saldo de disponibilidades para 8 milhões de euros em 2024, isto significa que o município poderia liquidar qualquer momento as dívidas a curto, médio e longo prazo.

Quadro 6: Evolução do Património Líquido e Passivo

Património Líquido e Passivo	2024	2023 Reexpresso	Δ2024/2023
	em euros	em euros	em %
Património/Capital	60.517.244,87	60.517.244,87	0,00%
Reservas	187.987,52	187.987,52	0,00%
Resultados transitados	- 18.878.369,66	- 17.290.590,77	9,18%
Ajustamentos em ativos financeiros	- 3.379.694,70	- 2.869.036,29	17,80%
Outras variações no património líquido	26.058.519,97	25.063.114,92	3,97%
Resultado líquido do período	- 86.648,78	- 1.667.507,93	-94,80%

Património Líquido	64.419.039,22	63.941.212,32	0,75%
Financiamentos obtidos	537.793,60	49.611,55	984,01%
Diferimentos	23.598,16	585.649,00	-95,97%
Outras Contas a pagar	299.073,63	284.519,59	5,12%
Passivo não Corrente	860.465,39	919.780,14	-6,45%
Fornecedores	178.249,68	64.139,08	177,91%
Estado e Outros Entes Públicos	38.867,62	47.790,60	-18,67%
Financiamentos Obtidos	112.931,83	27.491,17	310,79%
Fornecedores de Investimento	31.948,94	0,00	-
Outras Contas a Pagar	1.003.852,62	765.413,56	31,15%
Diferimentos	74.780,70	170.205,25	-56,06%
Passivo Corrente	1.440.631,39	1.075.039,66	34,01%
Total do Passivo	2.301.096,78	1.994.819,80	-15,35%
Total Património Líquido e Passivo	66.720.136,00	65.936.032,12	1,19%

O Património Líquido corresponde a 64,4 milhões de euros, aumentando 0,75% face a 2023. Nesta rubrica do Balanço, destaca-se a rubrica de outras variações no património líquido, que inclui, fundamentalmente, os subsídios obtidos para investimento.

Em relação ao passivo, o Município de Boticas fechou o ano com um valor de 2,3 milhões de euros, sendo constituído em 62,61 % por passivo não corrente e em 37,39 % por passivo corrente.

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de 15,35%, que resulta de uma diminuição significativa das rubricas Fornecedores e Diferimentos. No que respeita a rubrica dos Diferimentos, a NCP 14 – Rendimentos sem Contraprestação prevê que aquando da aprovação de uma Solicitação de Transferência de Fundos (STF) a entidade pública beneficiária da transferência do Estado deve reconhecer um ativo e simultaneamente um passivo (direito a receber e diferimento do rendimento). O passivo será anulado como contrapartida do reconhecimento do rendimento quando ocorrer o pagamento da despesa com cobertura na transferência do Estado. A diminuição verificada, deve-se a alteração de procedimentos de registo contabilísticos dos apoios ao investimento, passando a registar este Município, os pedidos de pagamentos aceites junto da entidade financiadora, deixando assim de registar o valor dos contratos.

A rubrica de fornecedores apresentou um aumento de aproximadamente 114 mil euros, este valor é justificado essencialmente pelo saldo da conta 22.5 – Fornecedores em Receção e Conferência que provém de faturas rececionadas no final do ano que não foram pagas. Relativamente aos fornecedores de investimento, esta rubrica encontrava-se com um saldo de cerca de 32 mil euros a 31 de dezembro de 2024.

No tocante ao passivo corrente, o seu valor ascendeu a 1.440.631,39 €, registando-se um aumento de 34,01 % face a 2023. Todas as rubricas do passivo corrente tiveram um acréscimo relativamente a 2023, com exceção da rubrica de Estado e outros entes Públicos e Diferimentos.

A rubrica Outras Contas a Pagar apresentou um acréscimo de 31,15% face ao ano de 2023, aqui são registados os gastos a reconhecer no próprio período, mas cujo pagamento venha a ocorrer em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício. Inclui assim, por exemplo, o valor de férias, subsídio de férias e encargos que em 31 de Dezembro os trabalhadores já tenham direito a receber, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará no período seguinte. Para além desta componente, considera-se ainda nesta rubrica o valor das cauções prestadas ao Município e as cobranças para terceiros (operações não orçamentais).

2.2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

A demonstração de resultados apresenta-se como mais uma peça importante na análise financeira do exercício. Os quadros seguintes mostram o comportamento de gastos e rendimentos nos dois anos.

Quadro 7: Evolução dos Rendimentos

Rendimentos	2024	2023	Δ2024/2023
	em euros	em euros	em %
Impostos, Contribuições e Taxas	1.117.944,54	1.110.493,76	0,67%
Vendas	170.863,93	162.484,68	5,16%
Prestações de Serviços e Concessões	1.005.607,65	1.037.643,86	-3,09%
Transferências e Subsídios Corrente Obtidos	8.589.814,65	7.195.299,59	19,38%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, Associada e empreendimentos conjuntos	855.085,21	855.296,89	-0,02%

Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,00	-
Outros Rendimentos	1.472.609,31	2.463.632,86	-40,23%
Juros e rendimentos similares obtidos	472.454,17	297.117,92	59,01%
TOTAL	13.684.379,46	13.121.969,56	4,29%

O total dos rendimentos ascendeu a 13.684.379,46 €, representando um acréscimo de 4,29% face ao ano de 2023, determinado essencialmente pelo aumento das transferências e subsídios correntes obtidos e ainda pelos Juros e rendimentos similares obtidos.

Os impostos, contribuições e taxas compreendem os impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

A rubrica de Prestações de Serviços e Concessões tiveram uma diminuição de 3,09% relativamente a 2023 e representam 7,35% do total dos rendimentos.

As transferências e subsídios correntes obtidos incluem as transferências correntes provenientes do orçamento de Estado, assim como, as relacionadas com financiamento comunitário.

No que concerne aos rendimentos, é de salientar que as transferências e subsídios obtidos de carácter corrente apresentam um aumento de 1.394.515,06 € em 2024 e são o agregado com maior peso dentro dos rendimentos.

A rubrica Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associada e empreendimentos conjuntos, segundo a NCP 24 – Acordos Conjuntos, o objetivo desta norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente. Esta rubrica manteve-se nos 855 mil euros tal como em 2023.

Relativamente aos outros rendimentos, compreendem essencialmente o reconhecimento dos rendimentos relacionados com financiamento ao investimento, na proporção das depreciações e amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Na rubrica de juros e rendimentos similares obtidos verificou-se um aumento de 59,01% que resulta de um aumento dos dividendos obtidos nas entidades

participadas.

Quadro 8: Evolução dos Gastos

Gastos	2024	2023	Δ2024/2023
	em euros	em euros	em %
CMVMC	543.730,63	492.848,11	10,32%
FSE	2.955.837,33	2.646.007,13	11,71%
Gastos com o Pessoal	4.678.111,22	4.566.549,64	2,44%
Transferências e Subsídios Concedidos	2.765.038,88	1.975.692,17	39,95%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	84,91	-
Gastos de Depreciação e de Amortização	2.617.823,15	4.941.239,95	-47,02%
Outros Gastos e Perdas	203.449,02	156.492,25	30,01%
Gastos e Perdas por Juros e Outros Encargos	7.038,01	10.563,33	-33,37%
TOTAL	13.771.028,24	14.789.477,49	-6,89%

No ano de 2024 o total de gastos atingiu os 13.771.028,24 €, observando-se uma diminuição de 6,89% face ao ano de 2023. Esta variação decorre do efeito conjugado da diminuição de Gastos de Depreciação e de Amortização e Gastos e Perdas por Juros e Outros Encargos com o aumento de Gastos com CMVMC, Transferências e Subsídios Concedidos, Outros Gastos e Perdas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal.

As Transferências e Subsídios Concedidos tiveram um aumento de 789.346,71 € comparativamente com 2023, resultado da política social do executivo. Destaca-se o valor das transferências correntes superior a 2,1 milhões de euros, onde estão assim registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, recreativas e de solidariedade, transferências para a Administração Local – Freguesias, que se designam a apoiar o funcionamento das suas atividades e transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas carenciadas.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são gastos com o pessoal (33,97%) e os gastos de

depreciação e de amortização (19,01%). Comparativamente com o período de 2023, os gastos de depreciação e de amortização tiveram uma diminuição de 47,02 % e os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 2,44%.

3 – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

A Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental e a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza a 31 de Dezembro de 2024 apenas contemplam os valores da contabilidade orçamental do Município, uma vez que a EHATB não aplica o normativo contabilístico SNC-AP (NCP 26).

Quadro 9: Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental a 31 de Dezembro de 2024

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL							
RUBRICA	RECEBIMENTOS	2024	2023	RUBRICA	PAGAMENTOS	2024	2023
	Saldo de gerência anterior	7.009.020,54	5.772.207,74				
	Operações orçamentais (1)	6.724.418,11	5.509.420,78				
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	0	0				
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0	0				
	Operações de tesouraria	284.602,43	262.786,96				
	Receita Corrente	11.355.945,35	10.490.303,47		Despesa Corrente	10.176.652,87	9.151.700,51
R1	Receita Fiscal	754.840,20	824.364,53	D1	Despesas com pessoal	4.806.297,09	4.354.755,62
R11	Impostos diretos	754.556,61	824.364,53	D11	Remunerações certas e permanentes	3.775.865,43	3.394.711,45
R12	Impostos indiretos	283,59	296,30	D12	Abonos variáveis ou eventuais	114.380,51	58.403,75
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0	0	D13	Segurança Social	916.051,15	901.640,42
R3	Taxas, multas e outras penalidades	287.617,54	310.195,40	D2	Aquisição de bens e serviços	3.087.791,19	2.925.815,01
R4	Rendimentos de propriedade	846.922,81	805.220,89	D3	Juros e outros encargos	2.483,96	1.979,08
R5	Transferências e subsídios correntes	8.463.519,39	7.557.434,28	D4	Transferências e subsídios correntes	2.118.300,05	1.747.382,45
R51	Transferências correntes	8.463.519,39	7.557.434,28	D41	Transferências correntes	2.118.300,05	1.747.382,45
R511	Administrações Públicas	8.349.296,75	7.479.261,27	D411	Administrações Públicas	177.319,90	177.320,00
R5111	Administração Central – Estado Português	8.007.519,95	6.977.394,23	D4111	Administração Central – Estado Português	0	0
R5112	Administração Central – Outras entidades	237.936,31	278.540,11	D4112	Administração Central – Outras Entidades	0	0
R5113	Segurança Social	0	0	D4113	Segurança Social	0	0
R5114	Administração Regional	0	0	D4114	Administração Regional	0	0
R5115	Administração Local	103.840,49	223.326,93	D4115	Administração Local	177.319,90	177.320,00
R512	Exterior – EU	0	0	D412	Entidades do Setor não lucrativo	1.595.450,29	1.325.992,64
R513	Outras	114.222,64	78.173,01	D413	Famílias	259.638,82	243.244,81
R52	Subsídios Correntes	0	0	D414	Outras	85.891,04	825,00
R6	Vendas de bens e serviços	953.641,07	949.913,67	D42	Subsídios Correntes	0	0
R7	Outras receitas correntes	49.404,34	43.174,70	D5	Outras despesas correntes	161.780,58	121.768,35
	Receita de Capital	1.713.662,07	2.406.558,75		Despesa de Capital	1.775.915,05	2.482.551,68

R8	Venda de bens de investimento	0	1.146,50	D6	Aquisição de bens de capital	1.357.654,90	2.218.177,44
R9	Transferências e subsídios de capital	1.713.662,07	2.404.260,02	D7	Transferências e subsídios de capital	418.260,15	264.374,24
R91	Transferências de capital	1.713.662,07	2.404.260,02	D71	Transferências de capital	418.260,15	264.374,24
R911	Administrações Públicas	1.661.479,21	1.707.789,42	D711	Administrações Públicas	240.306,00	184.528,75
R9111	Administração Central - Estado Português	1.657.179,21	1.688.319,20	D7111	Administração Central - Estado Português	0	0
R9112	Administração Central - Outras entidades	4.300,00	0	D7112	Administração Central - Outras entidades	0	0
R9113	Segurança Social	0	0	D7113	Segurança Social	0	0
R9114	Administração Regional	0	0	D7114	Administração Regional	0	0
R9115	Administração Local	0	19.470,22	D7115	Administração Local	240.306,00	184.528,75
R912	Exterior - EU	0	0	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	177.954,15	55.329,26
R913	Outras	52.182,86	696.470,60	D713	Família	0	24.516,23
R92	Subsídios de capital	0	0	D714	Outras	0	0
R10	Outras receitas de capital	0	1.152,23	D72	Subsídios de capital	0	0
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0	0	D8	Outras despesas de capital	0	0
Receita Efetiva (2)		13.069.607,42	12.896.862,22		Despesa Efetiva (5)	11.952.567,92	11.634.252,19
Receita não efetiva (3)		0	0		Despesa não efetiva (6)	27.491,17	47.612,70
Receita com ativos financeiros		0	0		Despesa com ativos financeiros	0	0
Receita com passivos financeiros		0	0		Despesa com passivos financeiros	27.491,17	47.612,70
SOMA (4) = (1) + (2) + (3)		19.794.025,53	18.406.283,00		SOMA (7) = (5) + (6)	11.980.059,09	11.681.864,89
Operações de tesouraria (B)		41.137,14	83.860,57		Operações de tesouraria (C)	34.142,25	62.045,10
					Saldo para a gerência seguinte	8.105.563,76	7.009.020,54
					Operações Orçamentais (8) = (4) - (7)	7.813.966,44	6.724.418,11
					Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	291.597,32	284.602,43
					Saldo global (2) - (5)	1.117.039,50	1.262.610,03
					Despesa Primária	11.950.083,96	11.632.273,11
					Saldo Corrente	1.179.292,48	1.338.602,96
					Saldo de Capital	-62.252,98	-75.992,93
					Saldo Primário	1.119.523,46	1.264.589,11
					Receita total [1] + [2] + [3]	19.794.025,53	18.406.283,00
					Despesa total [5] + [6]	11.980.059,09	11.681.864,89

Quadro 10: Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações por Natureza

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES							
Rubrica	Liquidações	2024	2023	Rubrica	Designação	2024	2023
	Receita corrente	630.175,53 €	734.306,94 €		Despesa corrente	139.252,74 €	117.689,69 €
R1	Receita fiscal	172.275,56 €	172.271,69 €	D1	Despesas com o pessoal	38.464,97 €	49.037,60 €
R11	Impostos diretos	- €	- €	D11	Remunerações Certas e Permanentes	36.406,59 €	48.540,40 €
R12	Impostos indiretos	172.275,56 €	172.271,69 €	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	2.058,38 €	497,20 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	D13	Segurança social	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	67.445,56 €	60.436,00 €	D2	Aquisição de bens e serviços	97.187,77 €	50.652,09 €
R4	Rendimentos de propriedade	- €	- €	D3	Juros e outros encargos	- €	- €
R5	Transferências e subsídios correntes	210.342,17 €	316.486,33 €	D4	Transferências e subsídios correntes	3.600,00 €	18.000,00 €
R51	Transferências correntes	210.342,17 €	316.486,33 €	D41	Transferências correntes	3.600,00 €	18.000,00 €
R511	Administrações Públicas	142.046,66 €	149.919,88 €	D411	Administrações Públicas	- €	- €
R5111	Administração Central - Estado Português	142.046,66 €	149.919,88 €	D4111	Administração Central - Estado Português	- €	- €
R5112	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D4112	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R5113	Segurança Social	- €	- €	D4113	Segurança Social	- €	- €
R5114	Administração Regional	- €	- €	D4114	Administração Regional	- €	- €
R5115	Administração Local	- €	- €	D4115	Administração Local	- €	- €
R512	Exterior - U E	- €	- €	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	- €	5.000,00 €
R513	Outras	68.295,51 €	166.566,45 €	D413	Famílias	3.600,00 €	3.000,00 €
R52	Subsídios correntes	- €	- €	D414	Outras	- €	10.000,00 €
R6	Venda de bens e serviços	180.014,70 €	173.434,77 €	D42	Subsídios Correntes	- €	- €
R7	Outras receitas correntes	97,54 €	11.678,15 €	D5	Outras despesas correntes	- €	- €
	Receita de capital	61.598,21 €	103.544,51 €		Despesas de Capital	214.969,94 €	15.000,00 €
R8	Venda de bens de investimento	- €	- €	D6	Aquisição de bens de capital	31.948,94 €	- €
R9	Transferências e subsídios de capital	61.598,21 €	103.544,51 €	D7	Transferências e subsídios de capital	183.021,00 €	15.000,00 €
R91	Transferências de capital	61.598,21 €	103.544,51 €	D71	Transferências de capital	183.021,00 €	15.000,00 €
R911	Administrações Públicas	61.598,21 €	61.598,21 €	D711	Administrações Públicas	183.021,00 €	15.000,00 €
R9111	Administração Central - Estado Português	61.598,21 €	61.598,21 €	D7111	Administração Central - Estado Português	- €	- €
R9112	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D7112	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R9113	Segurança Social	- €	- €	D7113	Segurança Social	- €	- €
R9114	Administração Regional	- €	- €	D7114	Administração Regional	- €	- €
R9115	Administração Local	- €	- €	D7115	Administração Local	183.021,00 €	15.000,00 €
R912	Exterior - U E	- €	- €	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	- €	- €
R913	Outras	- €	41.946,30 €	D713	Famílias	- €	- €
R92	Subsídios de capital	- €	- €	D714	Outras	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	D72	Subsídios de capital	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	D8	Outras despesas de capital	- €	- €
	Receita efetiva (2)	691.773,74 €	837.851,45 €	D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €		Despesa efectiva (5)	354.222,68 €	132.689,69 €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €		Despesa não efetiva (6)	- €	- €
	Receita total (4)=(1)+(2)+(3)	691.773,74 €	837.851,45 €	D10	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
				D11	- €	- €	- €
					Despesa total (7)=(5)+(6)	354.222,68 €	132.689,69 €

4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Quadro 11: Balanço Consolidado Analítico em 31 de Dezembro de 2024

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023 Reexpresso
ATIVO			
Ativo não corrente		56 107.561,21 €	56.818.343,61 €
Ativos fixos tangíveis	5	50.425.211,87 €	51.235.498,27 €
Propriedades de investimento	8	588.951,54 €	606.225,18 €
Ativos intangíveis	3	182.744,47 €	170.554,24 €
Participações financeiras	18	4.826.768,07 €	4.738.534,30 €
Clientes, contribuintes e utentes		15.181,62 €	16.100,84 €
Outras contas a receber		68.703,64 €	51.430,78 €
Ativo corrente		10.612.574,79 €	9.117.688,51 €
Inventários	10	105.897,15 €	45.666,65 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		444.027,50 €	592.117,96 €
Clientes, contribuintes e utentes		189.646,74 €	215.847,52 €
Estado e outros entes públicos		26.500,62 €	30.049,04 €
Outras contas a receber	23	1.728.470,66 €	1.212.367,75 €
Diferimentos		12.468,36 €	12.619,05 €
Caixa e depósitos	1	8.105.563,76 €	7.009.020,54 €
Total Ativo		66.720.136,00 €	65.936.032,12 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		64.419.039,22 €	63.941.212,32 €
Património/Capital		60.517.244,87 €	60.517.244,87 €
Reservas		187.987,52 €	187.987,52 €
Resultados transitados		-18.878.369,66 €	-17.290.590,77 €
Ajustamentos em ativos financeiros		-3.379.694,70 €	-2.869.036,29 €
Outras variações no património líquido		26.058.519,97 €	25.063.114,92 €
Resultado líquido do período		-86.648,78 €	-1.667.507,93 €
Total Património Líquido		64.419.039,22 €	63.941.212,32 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		860.465,39 €	919.780,14 €
Financiamentos obtidos	7	537.793,60 €	49.611,55 €
Diferimentos		23.598,16 €	585.649,00 €
Outras contas a pagar		299.073,63 €	284.519,59 €

Passivo corrente		1.440.631,39 €	1.075.039,66 €
Fornecedores		178.249,68 €	64.139,08 €
Estado e outros entes públicos	23	38.867,62 €	47.790,60 €
Financiamentos obtidos	7	112.931,83 €	27.491,17 €
Fornecedores de investimentos		31.948,94 €	
Outras contas a pagar	23	1.003.852,62 €	765.413,56 €
Diferimentos		74.780,70 €	170.205,25 €
Total Passivo		2.301.096,78 €	1.994.819,80 €
Total Património Líquido e Passivo		66.720.136,00 €	65.936.032,12 €

Quadro 12: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidado de 2024

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	13/14	1 117 944,54 €	1.110.493,76 €
Vendas	13	170 863,93 €	162.484,68 €
Prestações de serviços e concessões	13	1 005 607,65 €	1.037.643,86 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	8 589 814,65 €	7.195.299,59 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		855 085,21 €	855.296,89 €
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-543 730,63 €	-492.848,11 €
Fornecimentos e serviços externos	23,4	-2 955 837,33 €	-2.646.007,13 €
Gastos com pessoal	23,5	-4 678 111,22 €	-4.566.549,64 €
Transferências e subsídios concedidos	23,6	-2 765 038,88 €	-1.975.692,17 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-84,91 €
Outros rendimentos		1 472 609,31 €	2.463.632,86 €
Outros gastos		-203 449,02 €	-156.492,25 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 065 758,21 €	2.987.177,43 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	39512	-2 617 823,15 €	-4.941.239,95 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-552 064,94 €	-1.954.062,52 €
Juros e rendimentos similares obtidos		472 454,17 €	297.117,92 €
Juros e gastos similares suportados	7	-7 038,01 €	-10.563,33 €
Resultado antes de impostos		-86 648,78 €	-1.667.507,93 €
Resultado líquido do período		-86 648,78 €	-1.667.507,93 €

Quadro 13: Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.164.217,51 €	1.280.781,47 €
Recebimentos de contribuintes		983.721,37 €	1.044.111,33 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8.359.921,76 €	7.383.735,25 €
Recebimentos de utentes		56.103,98 €	88.544,20 €
Pagamentos a fornecedores		-3.539.345,92 €	-3.267.630,25 €
Pagamentos ao pessoal		-4.636.769,12 €	-4.234.671,26 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2.546.860,20 €	-1.998.327,19 €
Caixa gerada pelas operações		-159.010,62 €	296.543,55 €
Outros recebimentos/pagamentos		141.888,95 €	165.929,18 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-17.121,67 €	462.472,73 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-999.988,38 €	-1.913.483,00 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-83.972,29 €	-41.671,93 €
Pagamentos - Outros ativos		-136.673,01 €	-104.201,95 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis			2.298,73 €
Recebimentos - Investimentos financeiros		206.193,03 €	153.480,19 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		49.340,30 €	389.071,35 €
Recebimentos - Transferências de capital		1.664.321,77 €	1.995.718,45 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		159.687,50 €	657,54 €
Recebimentos - Dividendos		284.943,29 €	345.542,66 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1.143.852,21 €	673.274,31 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-27.491,17 €	-47.612,70 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-2.696,15 €	-1.979,08 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-30.187,32 €	-49.591,78 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1.096.543,22 €	1.236.812,80 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		7.009.020,54 €	5.772.207,74 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		8.105.563,76 €	7.009.020,54 €

CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		7.009.020,54 €	5.772.207,74 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		7.009.020,54 €	5.772.207,74 €
SGA De execução orçamental		6.724.418,11 €	5.509.420,78 €
SGA De operações de tesouraria		284.602,43 €	262.786,96 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		8.105.563,76 €	7.009.020,54 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		8.105.563,76 €	7.009.020,54 €
SGS De execução orçamental		7.813.966,44 €	6.724.418,11 €
SGS De operações de tesouraria		291.597,32 €	284.602,43 €

Quadro 14: Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		60.517.244,87 €				187.987,52 €	-17.290.590,77 €	-2.869.036,29 €		25.063.114,92 €	-1.667.507,93 €	63.941.212,32		63.941.212,32 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)							-1.587.746,76 €	-510.658,41 €		995.405,05 €	1.667.507,93 €	564.475,68 €		564.475,68 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital							12.940,04 €			652.281,90 €		665.221,95 €		665.221,95 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							- 1.600.686,81 €	-510.658,41 €		343.123,15 €	1.667.507,93 €	-100.746,27 €		-100.746,27 €
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)											- 86.648,78 €	- 86.648,78 €		- 86.648,78 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)											1.580.859,15 €	477.826,90 €		477.826,90 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)														
Subscrições de capital/património														

Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
Subscrições de prémios de emissão													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1) + (2) + (3) + (5)	60.517.244,87C				187.987,52 C	-18.878.337,53 C	-3.379.694,70 C		26.058.519,97 C	- 86.648,78 C	64.419.039,22 C		64.419.039,22 C

5 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA 1 – ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	Obs
Município de Boticas	Praça do Município 5460 – 304 Boticas	Serviços aos munícipes			a)
EHATB, EIM, SA	R. Dom Nuno Álvares Pereira 12A, 4870-160 Ribeira de Pena	Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.	900.000,00	150.000,00	

1.2 Entidades Associadas Contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	Obs
EHATB, EIM, SA	R. Dom Nuno Álvares Pereira 12A, 4870-160 Ribeira de Pena	Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.	900.000,00	150.000,00	

1.3 Caixa e Depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2024 tem a seguinte composição:

Conta	2024	2023
Caixa	3.821,70 €	5.352,93 €
Depósitos à ordem	8.047.472,03 €	6.929.163,63 €
Depósitos bancários à ordem	8.047.472,03 €	6.929.163,63 €
Outros depósitos	0,00 €	0,00 €
Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
Depósitos Consignados	0,00 €	0,00 €
Depósitos de garantias e cauções	54.270,03 €	74.503,98 €
TOTAL	8.105.563,76 €	7.009.020,54 €

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento estão mensurados pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes em todas as participadas.

Participações Financeiras

As participações financeiras são mensuradas pelo seu custo.

Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a Receber

As contas a receber são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. No caso das empresas municipais, subsequentemente a mensuração efetua-se:

(i) Ao custo, ou ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade (a imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade empresarial não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais

das suas contas a receber) e;

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

2.2 Comparabilidade

As demonstrações financeiras são comparáveis com as do ano anterior, uma vez que foram reexpressas as contas de 2023 de acordo com a orientação técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística.

NOTA 3 – Ativos Intangíveis

Em 2024, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações			Quantia Escriturada Final
		Adições	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	170.554,24	89.352,28	- 77.162,05	-	182.744,47
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	112.237,48	89.352,28	- 77.162,05	-	124.427,71
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	58.316,76	-	-	-	58.316,76
TOTAL	170.554,24	89.352,28	- 77.162,05	-	182.744,47

NOTA 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com a informação fundamental.

Este quadro refere-se somente ao Município de Boticas.

Descrição do acordo	Termos significativos do acordo			Natureza e Extensão do acordo				Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato
	Período de concessão	Datas de Reapreçamento	Base de Reapreçamento	Qt	Período de tempo	Quantia	Natureza específica	
Distribuição de energia elétrica de baixa tensão	20 anos	24/07/2001	n.a.	1	20 anos	Atualizada anualmente com base nos consumos de energia em BT no concelho de Boticas	Conceder a utilização do domínio público Municipal	Não ocorreram alterações durante o presente período de relato

O contrato de concessão foi celebrado nos termos do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, através do qual a E-REDES paga ao Município uma renda, denominada renda de concessão.

O valor da renda de concessão a pagar pela E-REDES Distribuição à entidade, é determinado em conformidade com a legislação em vigor, sendo que no período de 2023, o valor calculado nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro foi de 261.465,32 euros.

A renda é paga ao Município com uma periodicidade trimestral. Assiste à E-REDES o direito de usar o domínio público municipal para a distribuição e comercialização de energia elétrica em baixa tensão, tendo a mesma de efetuar todos os investimentos necessários para a satisfação das necessidades energéticas aos munícipes do concelho de Boticas.

No final do contrato de concessão, a rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão reverte para o património do município.

A concessão não comporta encargos orçamentais para a entidade local concedente, sendo a concessão financeiramente sustentável através da cobrança aos utentes ou utilizadores dos serviços prestados.

De acordo com a orientação técnica n.º 1 da Comissão de Normalização

Contabilística e por se entender que nesta situação muito específica poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de conceção ao abrigo da NCP4, apenas são divulgados no anexo a natureza e os termos do acordo de conceção em causa, pelo que foi desreconhecido o montante que se encontrava registado em Ativos Fixos Tangíveis e Diferimentos no ano de 2023

Os equipamentos e as infraestruturas, cujo valor líquido contabilístico provisório na E-REDES em 31-12-2024, fixa-se em 1.311.919 euros conforme quando abaixo.

Concessões BT – Valor Líquido Contabilístico dos Imobilizados

Rubricas	Imobilizado em exploração			Subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido
Imobilizado Tangível Regulado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado Tangível Regulado aceite	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em AT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em BT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado Tangível Regulado não aceite	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em AT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em BT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado Intangível Regulado	-	2 062 934	2 062 934	-	751 015	751 015	2 062 934	751 015	1 311 919
Imobilizado Intangível Regulado aceite	-	1 903 173	1 903 173	-	750 884	750 884	1 903 173	750 884	1 152 289
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	-	159 760	159 760	-	131	131	159 760	131	159 630
Específico em BT	-	2 062 934	2 062 934	-	751 015	751 015	2 062 934	751 015	1 311 919
Postos Transformação e Seccionamento	-	434 605	434 605	-	62 137	62 137	434 605	62 137	372 468
Redes aéreas	-	645 636	645 636	-	197 395	197 395	645 636	197 395	448 241
Redes subterrâneas	-	114 018	114 018	-	29 451	29 451	114 018	29 451	84 567
Chegadas aéreas	-	35 334	35 334	-	24 969	24 969	35 334	24 969	10 365
Chegadas subterrâneas	-	149 287	149 287	-	121 620	121 620	149 287	121 620	27 667
Contadores e acessórios	-	14 035	14 035	-	76	76	14 035	76	13 959
Contadores	-	2 691	2 691	-	-	-	2 691	-	2 691
Outro equipamento	-	11 343	11 343	-	76	76	11 343	76	11 267
Equipamentos Acessórios e Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública	-	512 950	512 950	-	315 236	315 236	512 950	315 236	197 714
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2014)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Funcionalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Função Medição	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015)	-	157 069	157 069	-	131	131	157 069	131	156 938
Outro Específico não aceite em BT para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chegadas Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chegadas Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Específico em BT aceite	-	1 903 173	1 903 173	-	750 884	750 884	1 903 173	750 884	1 152 289
Total Específico em BT não aceite	-	159 760	159 760	-	131	131	159 760	131	159 630
Não Específico em BT aceite	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Não Específico em BT Não aceite									
TOTAL Regulado (Inclui valor residual das concessões)	-	2 062 934	2 062 934	-	751 015	751 015	2 062 934	751 015	1 311 919
AT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BT	-	2 062 934	2 062 934	-	751 015	751 015	2 062 934	751 015	1 311 919
Imobilizado Tangível não regulado									
Imobilizado Tangível não regulado									
TOTAL E- REDES (Inclui valor residual das concessões)	-	2 062 934	2 062 934	-	751 015	751 015	2 062 934	751 015	1 311 919

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No período findo a 31 de dezembro de 2024, o detalhe da quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respectivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

Rúbricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)- (3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)- (7)
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	93.987.568,60	67.338.308,23	-	26.649.260,37	90.716.880,56	66.489.879,65	-	24.227.000,91
Terrenos e recursos naturais	5.586.053,16	-	-	5.586.053,16	5.589.743,16	-	-	5.589.743,16
Edifícios e outras construções	81.512.104,85	64.786.135,57	-	16.725.969,28	81.736.623,82	66.112.172,17	-	15.624.451,65
Infraestruturas	6.862.410,59	2.552.172,66	-	4.310.237,93	3.363.513,58	377.707,48	-	2.985.806,10
Património histórico, artístico e cultural	27.000,00	-	-	27.000,00	27.000,00	-	-	27.000,00
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	40.550.853,18	14.679.911,31	-	25.870.941,87	41.876.850,56	15.678.639,60	-	26.198.210,96
Terrenos e recursos naturais	3.150.165,80	-	-	3.150.165,80	3.320.653,60	-	-	3.320.653,60
Edifícios e outras construções	27.331.406,74	8.005.379,55	-	19.326.027,19	28.056.969,31	8.577.830,69	-	19.479.138,62
Equipamento básico	5.292.127,21	4.284.942,47	-	1.007.184,74	5.479.586,68	4.572.207,25	-	907.379,43
Equipamento de transporte	1.402.954,76	1.168.413,25	-	234.541,51	1.493.913,26	1.249.428,83	-	244.484,43
Equipamento administrativo	1.339.692,30	1.178.013,48	-	161.678,82	1.365.893,74	1.227.698,30	-	138.195,44
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	468.925,41	43162,56	-	425.762,85	492.410,41	51.474,53	-	440.935,88
Ativos fixos tangíveis em curso	1.565.580,96	-	-	1.565.580,96	1.667.423,56	-	-	1.667.423,56
TOTAL	134.538.421,78	82.018.219,54	-	52.520.202,94	132.593.731,12	82.168.519,25	-	50.425.211,87

NOTA 6 – LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário são classificados como locações operacionais.

6.1 – Locações Financeiras

Não detém a entidade qualquer contrato de locação financeira.

A empresa local «EHATB», não detinha nenhum bem utilizado no regime de locação financeira.

6.2 – Locações Operacionais

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados. A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação operacional, a 31 de dezembro de 2024, detalha-se da seguinte forma:

Bens Locados	Valor do Contrato	Pagamentos efetuados	Futuros pagamentos			
			Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Equipamento de transporte	30.123,98	18.295,48	7.530,99	4 297,51	0,00	11.828,50
Equipamento de transporte	26.964,16	15.920,73	6.741,04	4.302,39	0,00	11.043,43
Equipamento de transporte	26.964,16	15.920,73	6.741,04	4.302,39	0,00	11.043,43

A empresa local «EHATB», não detinha nenhum bem utilizado no regime de locação operacional.

NOTA 7 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 o detalhe da rubrica de financiamento obtidos, consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

Designação	31-12-24	31-12-23
Empréstimos bancários		
Passivo Corrente	112.931,83	27.491,17
Passivo não Corrente	537.793,60	49.611,55
Total	650.725,43	77.102,72

NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas no início e no final do período, em propriedades de investimento:

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz.	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diminuições	
Bens de Domínio Público	606.225,18	-	-	-	-	-	-17.273,64	-	588.951,54
Terrenos e Recursos Naturais	4.769,75	-	-	-	-	-	-	-	4.769,75
Edifícios e outras construções	601.455,43	-	-	-	-	-	-17.273,64	-	584.181,79
Outras Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades de Investimento em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	606.225,18	-	-	-	-	-	-17.273,64	-	588.951,54

NOTA 10 – INVENTÁRIOS

No período findo a 31 de dezembro de 2024, o detalhe da rubrica de Inventários consolidados é o seguinte:

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Compras liquidas	Consumos / gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	45.663,85	545.995,82	543.730,63	-	-	-	311,13	-	47.617,91
Produtos acabados e intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	45.663,85	545.995,82	543.730,63	-	-	-	311,13	-	47.617,91

NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 – Ativos Contingentes

No que diz respeito ao contrato de concessão com a E-Redes e por se considerar não estarem preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos nos termos da NCP 4, entendemos tratar-se de um ativo contingente ver nota 4 deste anexo.

15.2 – Passivos Contingentes

A entidade não reconhece no seu Balanço, por indicação do Órgão Executivo, um conjunto de faturas relacionadas com a empresa “Águas do Norte, S.A.”, que perfazem o montante de 6.702.410,17 euros e que dizem respeito à exigência de consumos mínimos de água e tratamento de efluentes no âmbito do contrato de concessão, bem como um conjunto de faturas relacionadas com a empresa “Resinorte, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.”, que perfazem o montante de 3.093.926,17 euros e respeitam à entrega e receção de resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário.

Esta informação é do conhecimento geral dos órgãos autárquicos – Câmara e Assembleia Municipal.

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2024 eram os que constam no quadro seguinte.

Natureza	Descrição	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo ou influxo
Faturas - Águas do Norte, S.A.			
434/15.6BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	430 004,88 €	
16/15.2BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	380 642,09 €	
140/14.9BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	252 156,87 €	
95/18.0BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	616 433,96 €	
279/13.8BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	185 196,74 €	
499/19.1BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	1 299 362,36 €	
367/15.6BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	6 185,49 €	
226/21.3BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	619 045,93 €	
394/22.7BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	1 364 713,38 €	
434.2 BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	729 403,50 €	
460/24.4BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	819 264,97 €	
		6 702 410,17 €	
Faturas - Resinorte Val. Trat. Resíduos Sólidos S.A.			
60/15.BERG	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	79 724,00 €	
Not. Judicial avulsa Procº n.º 204/18.0BEMDL	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	278 852,00 €	
Not. Judicial avulsa (5/03/2020) Procº n.º 74/20.8BEMDL	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	467 360,29 €	
Not. Judicial avulsa (30/11/2021) Procº n.º 331/21.6BEMDL	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	579 453,70 €	
Not. Judicial avulsa Procº n.º 284/23.6BEMDL	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	629 600,94 €	
Not. Judicial avulsa Procº n.º 366/24.7BEMDL	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	1 058 935,24 €	
		3 093 926,17	
Total		9 796 336,34 €	

O Município de Boticas, por não se rever na obrigação de consumir os mínimos impostos e pagamento da deposição de resíduos conforme acordo outorgado com a contração do aterro sanitário, rejeita a aceitação das referidas dívidas.

Atualmente existem vários processos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, tendo em vista o apuramento da legalidade das imposições impugnadas pelas entidades referidas.

O Município de Boticas mantém a expectativa de que não haverá quaisquer exfluxos de recursos no âmbito desses processos.

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O detalhe da rubrica participações financeiras e outros ativos financeiros consolidados é o seguinte:

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Alíneações	Perdas de justo valor	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Ativos financeiros detidos para negociação								
Participações financeiras								
EHATB, EIM, S.A.	1.705.042,40	-	17.108,23	-	-	-	-	1.722.150,63
Resinorte, S.A.	89.436,25	-	-	-	-	-	-	89.436,25
Águas do Norte, S.A.	58.379,10	-	-	-	-	-	-	58.379,10
Municipia, S.A.	10.613,51	-	-	-	-	-	-	10.613,51
Eólica de Atilhó, Lda.	56.867,09	-	-	-	-	- 8.062,68	-	48.804,41
Eólica de Padrela, Lda.	9.332,18	-	-	-	-	- 664,99	-	8.667,19
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	6.413,58	-	5.297,89	-	-	-	-	11.711,47
ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda.	467.776,47	-	29.450,43	-	-	-	-	497.227,00
Empreendimento Eólico de Viade, Lda	10.602,43	-	3.891,30	-	-	-	-	14.493,73
Eólica Serra das Alturas, S.A.	819.888,77	-	18.062,05	-	-	-	-	837.950,82
Eólica de Montenegro, S.A.	1.217.849,00	-	23.151,44	-	-	-	-	1.241.000,44
FAM – Fundo de Apoio Municipal	286.333,52	-	-	-	-	-	-	286.333,52
TOTAL	4.738.534,30	-	96.961,44	-	-	- 8.727,67	-	4.826.768,07

NOTA 23 - OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1 - Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e comparativamente com o período homólogo, as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	31-12-2024		31-12-2023	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Retenção de impostos sobre rendimentos		22.643,00		22.204,61
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	26.500,62	924,04	30.049,04	
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		15.300,58		25.585,99
Outras tributações				
TOTAL	26.500,62	38.867,62	30.049,04	47.790,60

23.3 - Rendimentos

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Impostos diretos	722.819,70	709.517,65
Impostos Indiretos	338.686,02	312.632,07
Taxas, multas e outras penalidades	56.438,82	88.344,04
Vendas	170.863,93	162.484,68
Prestações serviços autarquias locais	1.005.367,79	1.033.441,57
Serviços específicos de outros setores	239,86	4.202,29
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Transferências correntes obtidas	8.589.814,65	7.195.299,59
Reversões	0,00	0,00
Outros Rendimentos	2.071.501,49	3.218.929,75
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	728.647,20	397.117,92
TOTAL	13.684.379,46	13.121.969,56

23.4 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) a 31 de dezembro de 2024 e no período homólogo é detalhada conforme se segue:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Serviços de transporte	0,00	156.438,34
Serviços de alojamento e de restauração	117.830,09	146.913,24
Serviços de recolha e tratamento de RSU	359.134,62	287.554,41
Tecnologias de informação e comunicação	5.680,14	10.090,28
Outros subcontratos ou concessões	379.139,68	155.768,47
Trabalhos especializados	603.570,15	411.169,50
Publicidade, comunicação e imagem	65.617,39	75.631,45
Vigilância e segurança	6.583,14	4.835,57
Honorários	237.999,35	182.026,06
Comissões	6.318,15	0,74
Conservação e reparação	130.933,02	51.300,08
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	711,11	43,76
Livros e documentação técnica	886,93	425,91
Material de escritório	1.004,01	1.531,52
Artigos para oferta, publicidade e divulgação	108.916,18	148.066,81
Material de educação, cultura e recreio	39.344,48	42.022,78
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	1.421,34	2.952,13
Medicamentos e artigos de saúde	3,96	0,00
Produtos químicos e de laboratório	0,00	0,00
Outros materiais diversos de consumo	17.208,07	24.322,03
Eletricidade	8.669,65	78.774,44
Combustíveis e lubrificantes	254.044,03	240.081,07
Deslocações, estadas e transportes	49.511,39	51.153,21
Rendas e alugueres	28.994,39	40.500,62
Comunicação	62.702,78	68.811,99
Seguros	35.196,35	25.513,43
Despesas de representação dos serviços	20,50	215,57
Limpeza higiene e conforto	19.523,73	26.390,19
Outros serviços	414.872,70	413.473,53
TOTAL	2.955.837,33	2.646.007,13

23.5 – Gastos com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da conta gastos com o pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Gastos com o pessoal	31-12-2024	31-12-2023
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	124.189,42	126.605,54
Remuneração do pessoal	3.641.275,27	3.465.015,24
Indemnizações	2.629,85	0,00
Encargos sobre remunerações	835.021,59	784.406,83
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	30.434,34	26.499,22
Outros gastos com o pessoal	34.915,47	149.804,27
Outros encargos sociais	9.645,28	14.218,54
TOTAL	4.678.111,22	4.566.549,64

23.6 – Transferências e Subsídios Concedidos

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Transferências e subsídios concedidos	2.172.957,73	1.738.161,32
Subsídios correntes concedidos	0,00	0,00
Prestações sociais concedidas	10.300,00	0,00
Transferências de capital concedidas	581.781,15	237.530,85
TOTAL	2.765.038,88	1.975.161,21

6 - APURAMENTO DOS GASTOS POR FUNÇÕES

O SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, permite, uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas. A transição do POCAL para o SNC-AP vem tentar resolver a fragmentação e as inconsistências atualmente existentes, permitindo dotar as diversas instituições da Administração Pública de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo implementados a nível internacional, contribuindo assim, de uma forma considerável, para o melhoramento da informação contabilística das autarquias locais e de toda a Administração Pública.

A NCP27 — Contabilidade de gestão visa estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

Com este propósito, foram criados centros de custos por forma a permitir o apuramento dos custos de determinadas funções, nomeadamente no âmbito das funções gerais, funções sociais, funções económicas e outras funções.

O acompanhamento das operações contabilísticas efetua-se pelo apuramento mensal dos movimentos financeiros, e análise dos respetivos centros de custos.

Pese embora os esforços desenvolvidos nos últimos anos tendentes à implementação da contabilidade de custos, esta ainda se encontra em fase de implementação e de desenvolvimento.